



Canteiro de obras do Metrô no Jardim Têxtil, na zona leste de São Paulo. Adriano Vizoni/Folhapress

## Investimento se recupera com recursos privados

Patamar, no entanto, ainda é inferior ao de 2013; construção é destaque

Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** Apesar do crescimento da taxa de investimentos no segundo trimestre de 2022, o setor produtivo ainda vê restrições para que o país se recupere do colapso verificado a partir de 2013.

Uma das questões em discussão, inclusive entre os candidatos à Presidência da República, é qual será a contribuição do setor público para que o país consiga suprir todas as suas necessidades de investimentos em infraestrutura produtiva e social.

Puxada pelo setor privado, a taxa de investimento da economia brasileira passou de 14,3% do PIB (Produto Interno Bruto) no segundo trimestre de 2017 para 18,7% no mesmo período de 2022. Apesar da recuperação, o número está há nove anos abaixo do recorde de 21,5% verificado em 2013, época em que o desempenho do indicador era puxado pelo governo federal e pelas empresas estatais.

Naquela época, os investimentos em infraestrutura públicos e privados chegaram ao equivalente a R\$ 228 bilhões (a preços de 2021). No ano passado, foram R\$ 148 bilhões,

aquém da necessidade anual de R\$ 374 bilhões para os próximos dez anos, segundo estimativa da Abdiib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base).

Para a entidade, não será possível alcançar tal cifra apenas contando com recursos privados, uma vez que muitos projetos não têm retorno econômico — caso de boa parte da malha rodoviária que ainda não foi privatizada.

“Não adianta querer jogar tudo para o setor privado, porque o setor privado não tem apetite, em função de rentabilidade e risco, para todas as necessidades. O mercado de capitais privado sozinho não é suficiente. Vai precisar do BNDES”, afirma Roberto Figueiredo Guimarães, diretor de planejamento e economia da Abdiib.

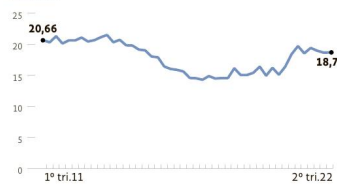
Ele cita ainda dados do IBGE que mostram que o investimento total no segundo trimestre deste ano apresentou queda em relação ao quarto trimestre do ano passado. Guimarães diz que o indicador deve ficar estável no segundo semestre, diante de muitas incertezas que estão levando ao adiamento de projetos.

“Muitas decisões de investi-

### Investimentos no Brasil se recuperam

Taxa de investimento

Em % do PIB



Fontes: Ipea Data e IBGE

### Investimentos de governos e estatais federais recuam\*

Em % do PIB



\*Três níveis de governo mais estatais federais. Fonte: Elaborado pelo Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre.

mento estão sendo postergadas. Agente não acredita que seja por questões políticas. É mais pela questão econômica: crise mundial, crise brasileira, taxa de juros muito alta, preços de insumos”, afirma.

Grande parte da contração do investimento durante a recessão de 2014-2016 está ligada ao setor de construção civil, principal componente desse indicador. O setor perdeu participação no investimento de 52% (2014) para 44% (2019, último dado do IBGE disponível).

Com isso, cresceu o peso de itens como máquinas e equipamentos (de 37% para 41%) e investimentos de propriedade intelectual (de 10% para 13%), como criação de softwares e pesquisa e desenvolvimento.

Na divulgação do segundo trimestre de 2022, ainda sem números consolidados, o IBGE destacou o crescimento da construção e softwares.

Abertura desses dados feita pelo Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV) mostra que o crescimento acumulado em 12 meses da construção foi de 6,8% até junho deste ano, enquanto o item máquinas e equipamentos encolheu 0,8% — em uma tendência de desaceleração vista desde setembro do ano passado.

“Máquinas e equipamentos deram um salto em 2021. Houve investimento naquele momento, tanto de nacionais como de importadas, mostrando que entraram novas tecnologias. No período mais recente, voltou a ficar negativo”, afirma Claudio Considera, coordenador de Contas Nacionais do FGV Ibre.

“O que aconteceu agora foi graças à construção, que subiu um pouco no período mais recente.”

Considera afirma que ainda não vê uma clara recuperação do investimento no Brasil. Segundo ele, os períodos em que houve recorde na formação bruta de capital fixo foram aqueles em que havia grandes obras feitas pelo governo. Agora, há uma expectativa de que mudanças regulatórias e concessões ajudem a melhorar o indicador.

Provavelmente vai ter investimento agora em função das concessões de aeroportos. São coisas que poderão vir, não significa que já temos isso.”

### Candidatos discordam sobre papel do Estado

Em um momento em que o investimento público alcança os menores patamares desde o fim da hiperinflação, os candidatos à Presidência da República têm dado atenção especial ao tema, mas com propostas divergentes sobre o pa-

pel do governo federal e dos bancos públicos.

O investimento público federal caiu 65% na comparação entre 2010 e 2021, descontada a inflação, segundo a Abdiib. Os valores apontados no Orçamento indicam novas quedas em 2022 e 2023, quando deve chegar ao piso de R\$ 22,4 bilhões.

Dados do Observatório de Política Fiscal da FGV mostram que o total passou de 1,94% do PIB em 2017 para 2,05% no ano passado, os menores valores da série histórica iniciada em 1947, considerando também estados, municípios e estatais federais. Desde 2016, os gastos não têm sido suficientes nem para repor a depreciação dos ativos, como a manutenção de pontes e rodovias. No ano passado, essa perda foi de R\$ 31 bilhões.

O programa de governo do candidato Jair Bolsonaro (PL) destaca o papel do governo de ampliar o processo de desestatização e concessões da infraestrutura e garantir segurança jurídica, por meio da implementação de marcos legais. Também fala em melhorar a infraestrutura nas regiões menos desenvolvidas. O BNDES não é citado no documento entre o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O ex-presidente Lula (PT) defende em seu programa um “vigoroso programa de investimentos públicos”, com o fortalecimento do BNDES na oferta de crédito e garantias em projetos e a retomada de obras importantes que foram paralisadas. Também fala em elevar a taxa de investimentos públicos e privados — este último, estimulado por meio de crédito, concessões, parcerias e garantias.

O candidato Ciro Gomes (PDT) defende o papel do BNDES como financiador e estruturador de projetos e propõe a criação de um fundo para investimento em infraestrutura. O programa fala em estimular o setor privado a investir fortemente no país, ampliar o investimento público, com impulso à construção civil, e retomar 14 mil obras licitadas paralisadas ou não iniciadas.

A equipe da candidata Simone Tebet (MDB) calcula que a modernização da infraestrutura brasileira demandará um aumento nos investimentos públicos, “corretamente priorizados e executados”, dentro dos limites de responsabilidade fiscal, de 0,5% para estimados 0,9% do PIB, e dos investimentos privados de 1% para ao menos 2,8% do PIB. Também defende manter o programa de concessões e privatizações, ampliar a participação dos mercados de capitais no financiamento e utilizar o BNDES como estruturador de projetos.

## Reforma do teto de gastos é meta de todos os presidentiáveis

Alexa Salomão

**BRASÍLIA** Não importa quem vencer a eleição presidencial, a regra do teto de gastos (que impede as despesas federais de crescerem além da inflação) dificilmente será a mesma a partir de 2023.

Os quatro candidatos à Presidência com melhor desempenho nas pesquisas eleitorais avaliam mudanças na estrutura que rege o gasto público. A leitura geral é que o teto, como foi criado, já não existe.

Um de seus pais, o economista Marcos Mendes, colunista da Folha, avalia que a norma foi eficiente para deter a pressão por gastos no curto prazo. Quando apareceu alguma demanda inusitada por recursos, foi possível justificar que ela não cabia no teto. No entanto, a regra não resistiu às mudanças nas relações de poder.

Na avaliação de Mendes, houve, nos últimos quatro anos, uma forte deterioração das condições políticas que determinam o gasto público — com o Congresso ganhando poder em detrimento do Executivo e aprovando aumentos de gastos sem estabelecer fontes de receitas, por exemplo.

Para piorar, diz ele, o presidente Jair Bolsonaro (PL) virou sócio do expansionismo fiscal, fragilizando quem quer segurar as despesas no governo.

Um exemplo disso foi a aprovação, a toque de caixa, da PEC (proposta de emenda à Constituição) que abriu espaço para elevar o Auxílio Brasil e conceder outros benefícios em plena campanha à reeleição.

Nesse aspecto, o teto deixou de ser um instrumento de ancoragem das expectativas de médio e longo prazo e, segundo Mendes, nenhu-

ma outra regra de gasto sobreviverá muito tempo nesse ambiente.

“Fica muito difícil controlar gastos se não mudar isso. No regime presidencialista, quem tem poder sobre o Orçamento é o Executivo, e ponto final. Não há no mundo um Congresso que possa incluir tantas emendas e mexer com tal nível de detalhamento em um Orçamento como o nosso. Não se vê isso nem em países parlamentaristas.”

O economista Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, e que atua na campanha da candidata a presidente Simone Tebet (MDB), identifica outro desafio relacionado aos limites do Orçamento. Ele se declara “horrorizado” com o conteúdo do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2023.

Nas contas dele, o déficit primário deve ser de pelo menos 2% do PIB (Produto Interno

Bruto) em 2023, o que representa um resultado de quase R\$ 200 bilhões no vermelho.

Descontado o período da pandemia, que levou o déficit primário a 10% em 2020, a última vez que se viu um déficit desse tamanho foi em 2015 e 2016, respectivamente de 2% e de 2,6%.

“Na proposta orçamentária, falam que vão manter o Auxílio Brasil em R\$ 600, mas colocam na conta previsão para R\$ 400. Falam que vão reajustar a tabela do Imposto de Renda, mas também não tem recurso previsto para isso. Fazem uma compressão das despesas não obrigatórias que é irrealista — simplesmente, metade do que gastaram neste ano”, diz Bacha.

“Não dá para o governo funcionar com a previsão de dinheiro que está lá. Será preciso retirá-la do Congresso e refazê-la até 31 dezembro”, afirma o economista.

O líder nas pesquisas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi o primeiro a deixar claro que vai abolir o teto de gastos, considerado muito restritivo especialmente para a política social.

“Vamos tirar o teto que está aí e construir um novo arcabouço fiscal”, diz o economista Guilherme Mello, um dos responsáveis pelo programa de governo do PT. “Apresentamos as diretrizes no programa, mas a nova regra para o fiscal terá de ser negociada porque toda mudança depende de uma PEC e de um debate maior com a sociedade e o Congresso.”

O programa de governo de Lula também trabalha com uma perspectiva de revisão de limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece regras para o planejamento, o controle, a transparência do gasto público) e da chamada

Regra de Ouro (que proibe en-

divididamente para pagar despesas correntes, como salários e aposentadorias).

Nas discussões internas há quem defenda uma meta de crescimento real para o gasto primário, deixando o resultado primário flutuar dentro de certo intervalo — em um funcionamento similar ao das metas de inflação. Já se discutiu também metas específicas para crescimento do gasto com investimento, com saúde, com educação, com folha de pagamentos, entre outros itens.

Existe também quem considere estabelecer a possibilidade de abatimento de algumas despesas da meta de resultado primário (conta de receitas menos despesas que o governo deve perseguir anualmente), como foi no período petista com os investimentos do PAC (Plano de Aceleração de Crescimento).

Continua na pág. 18